

ASSENTAMENTO SEGREDO II – LEBON RÉGIS (SC) E SUA HISTÓRIA DE LUTA: DO ACAMPAMENTO DO MST À FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO

Hanen Sarkis Kanaan, hanen@ig.com.br

Kleicer Cardoso Rocha, kleicer@gmail.com

Marcos Francisco da Silva, isabelmarb@ig.com.br

Mauricio Aurélio dos Santos, mauricioaurelio@gmail.com

Paloma Guimarães da Costa, lominhasc@gmail.com

Vera Lucia N. Dias, veraludias@gmail.com

Universidade do Estado de Santa Catarina – FAED/DAPE/NEPP. Rua Visconde de Ouro Preto, 457 Centro, Florianópolis – Santa Catarina/Brasil CEP: 88.020-040

RESUMO

O presente ensaio tem como objetivo refletir sobre a história da formação do Assentamento Segredo II – Lebon Régis (SC) desde a época em que ainda era um acampamento até a conquista da terra. Para isso, faz-se necessário contextualizar a situação fundiária do município e da região onde se encontra o assentamento e discorrer sobre a condição sócio-econômica dos assentados. O meio Oeste do Estado de Santa Catarina é vanguarda na história de luta pela terra. No início do século XX foi travado na região de Lebon Régis, a Guerra do Contestado, um conflito entre a população rural empobrecida e as companhias colonizadoras que contavam com o apoio do Estado. Estes conflitos pela posse das terras permaneceram e ainda hoje caracterizam a região, objeto deste estudo. A pesquisa de campo utilizou entrevistas e aplicação de questionários de tipo enquete para análise do perfil sócio econômico dos assentados e para construir a história do acampamento que originou o assentamento Segredo II. Buscar-se-á compreender a importância do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) como movimento sócio-territorial na luta pela terra; verificar como se deu a conquista da terra, as estratégias utilizadas para a ocupação, o papel da mulher nos acampamentos, a forma de organização para a conquista da mesma e o papel do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) neste contexto.

Palavras-Chave: *MST. OCUPAÇÃO. LUTA. ORGANIZAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA.*

INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é tecer algumas considerações, ainda que preliminarmente, acerca do processo de formação do Assentamento Segredo II em Lebon Régis (SC) e assim descrever a história de luta e estratégias usadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST.

Para tanto é necessário apresentar o processo histórico que originou a divisão da estrutura fundiária brasileira na formação e configuração do espaço geográfico nacional depois da chegada dos portugueses, tendo a forte presença dos grandes latifúndios improdutivos.

Este ensaio se apóia na categoria de movimento sócio territorial descrito por Fernandes (2000) e analisa a agricultura familiar como elemento de resistência ao modo de produção capitalista. Esta estrutura do pequeno produtor que envolve o trabalho familiar destaca a importância do papel da mulher na vida cotidiana dos acampamentos.

Outro objetivo deste ensaio visa descrever a organização interna do acampamento e conhecer os processos que ocorreram anteriormente a ele, tais como as convocações de massas de trabalhadores rurais e urbanos sem terra, reivindicando não somente a reforma agrária, mas buscando uma sociedade mais justa e igualitária. Embate este presente nas lutas diárias nos acampamentos.

A pesquisa baseia-se em entrevistas coletadas junto aos assentados do Assentamento Segredo II – Lebon Régis (SC), observações de campo, referências bibliográficas com objetivo de conhecer e fundamentar a trajetória pela qual passaram os assentados nos acampamentos.

O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

O Brasil passou a ser colonizado por Portugal a partir do ano de 1500, começando neste momento a se configurar os problemas na distribuição de terras. Sendo assim, o território brasileiro foi dividido em capitanias hereditárias e entregues nas mãos dos donatários, pertencentes à nobreza e à alta burguesia portuguesa.

Um marco da problemática agrária no Brasil vai se travar nos idos de 1850, com a primeira lei de terras, onde a terra passou a ser vendida, dificultando a compra

pelos trabalhadores rurais. Com isso, tem-se uma nova configuração social no processo de expropriação dos pequenos agricultores.

Em toda a história brasileira o incentivo ao latifúndio é um dos fatos constantes dentro do espaço rural, onde se destinam recursos para a agroexportação, como exemplo pode-se citar a cana de açúcar, o café e, nos dias atuais, o financiamento crescente aos latifundiários da monocultura da soja.

Dois grandes conflitos por terra marcaram o cenário nacional no final do século XIX e na primeira década do século XX. Um deles foi a Guerra de Canudos no sertão da Bahia e o outro a Guerra do Contestado, na região do meio Oeste catarinense. Estes conflitos movimentaram o exército nacional para combater os insurgentes camponeses. Estes lutavam para permanecer nas terras que haviam ocupado e das quais produziam sua subsistência. Estas terras foram tomadas dos pequenos produtores (caboclos) e dadas como parte do pagamento da construção da estrada de ferro que ligava o meio Oeste catarinense aos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná de propriedade da empresa norte-americana *Brazil Railway Company* e, também, foram cedidas às empresas de colonização para explorarem madeira e recursos naturais, como foi o caso da empresa *Southern Brazil Lumber & Colonization*.

Este processo de expulsão dos pequenos produtores familiares da terra acompanhou as práticas realizadas em outras regiões do Brasil, resultando numa enorme concentração fundiária nas regiões do planalto, Oeste e meio Oeste catarinense.

Esta estrutura fundiária que está baseada em propriedades com grandes extensões de terras ocasionou mobilizações por parte dos trabalhadores rurais, exigindo que seus direitos à posse das terras fossem garantidos. A Comissão Pastoral da Terra – CPT teve papel fundamental no agrupamento dos pequenos agricultores organizando as primeiras mobilizações nas décadas de 1970/1980, visando proporcionar à estes melhores condições de vida e consciência política para atuar e mudar a realidade do país.

As primeiras ocupações de terras no estado ocorreram através das organizações promovidas pela CPT e das romarias da terra. A fazenda Burra

Branco, no município de Campo Erê, foi o local da primeira grande ocupação de terra no Estado, nos idos do ano de 1983, que serviu de exemplo para que novos processos fossem promovidos, intensificando a luta dos trabalhadores rurais e camponeses. Com isso, os pequenos produtores rurais seguiram lutando pelos objetivos propostos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre eles o acesso à própria terra, o desenvolvimento da agricultura familiar, a autonomia política, financeira e social.

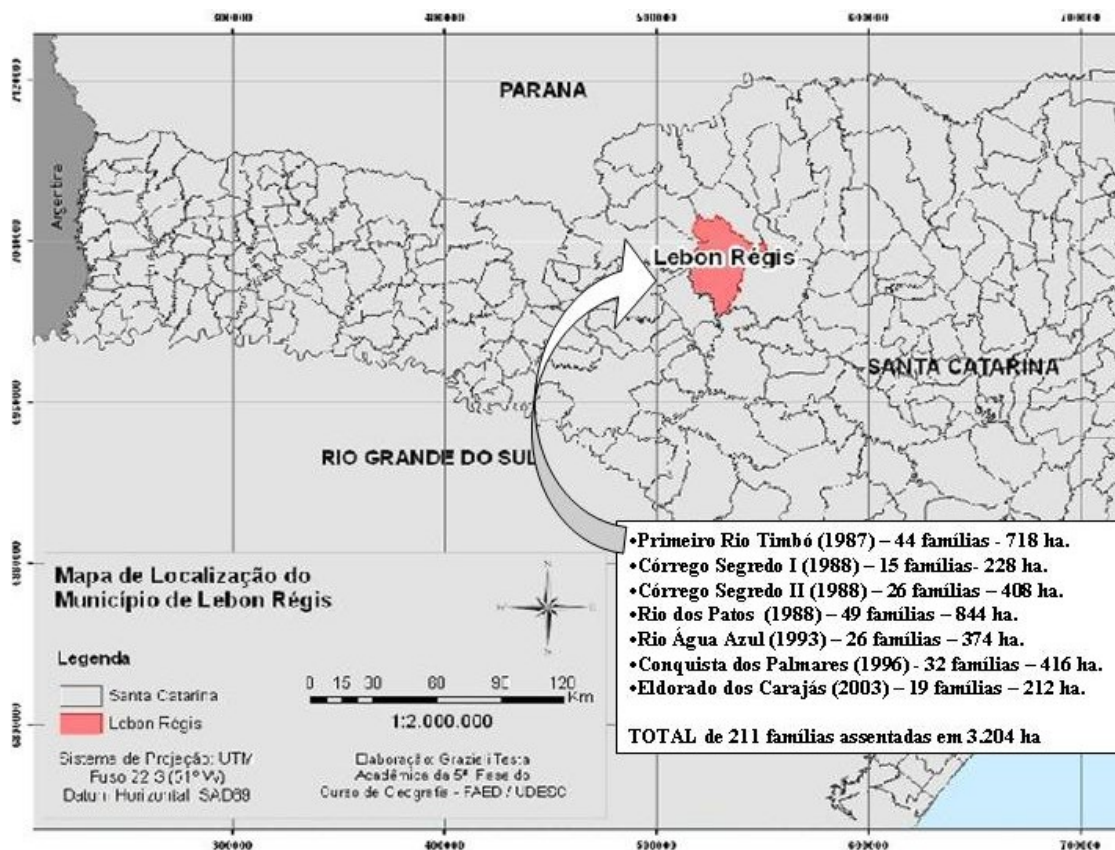
Segundo Wilson Santin apud UCZAI, o movimento tem três grandes objetivos:

O primeiro, é lutar pela terra; garantir a conquista da terra para aqueles que precisam, que necessitam dela para viver, para produzir. E aí se incluem todas as comunidades indígenas, todo o povo negro, enfim, todos aqueles grupos sociais deste país que estão excluídos. O segundo grande objetivo do MST é lutar pela Reforma Agrária. [...] Por último, [...] entendemos ser este também um objetivo grandioso, que é de construirmos uma outra sociedade, um outro projeto no Brasil. (2001, 48-50)

A década de 1980 pode ser considerada um marco na história da luta camponesa em Santa Catarina, a ocupação da fazenda Burro Branco contou com a participação de mais de 300 famílias. Com o sucesso dos colonos nesta ocupação o MST conquistou a confiança dos trabalhadores rurais sem terra, fazendo com que cada vez mais famílias se juntassem ao movimento.

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Lebon Régis, localizado na região do meio Oeste catarinense, foi um dos palcos da Guerra do Contestado, onde se travaram as batalhas entre caboclos e o exército brasileiro. Este contexto de luta proporcionou no município um processo de organização de assentamentos, pois somente uma família (Deboni) era possuidora de 3200 hectares de terra que foram distribuídos em 07 (sete) assentamentos.



Desta forma a estrutura fundiária foi modificada, pois onde havia um latifúndio improdutivo com apenas extração de madeiras da mata nativa, passou-se a agrupar 211 famílias distribuídas em pequenas propriedades rurais, trabalhando de modo familiar, voltadas para a subsistência.

O assentamento Segredo II faz parte dos assentamentos localizados na antiga propriedade da família Deboni. Este assentamento abarca uma área de 408 hectares onde 26 famílias vivem num sistema de agricultura de subsistência. Este assentamento foi homologado pelo INCRA no ano de 1988.

HISTÓRIA DE LUTA DOS ACAMPADOS DE SEGREDO II

A formação do Assentamento Segredo II, em Lebon Régis (SC), ocorreu com a persistência dos acampados que lutavam diariamente pelos seus direitos. Tendo como ajuda a Comissão Pastoral da Terra e o MST que organizaram os trabalhadores urbanos e rurais para que estes se firmassem no propósito de alcançar a terra.

As frentes de massa¹ se formaram nos municípios da região Oeste catarinense, entre as famílias expropriadas da terra e que trabalhavam como arrendatários e bóias frias. Segundo COIMBRA (2006, 69), os mesmos foram “acampados em São Miguel do Oeste e Faxinal dos Guedes [...] e em maio de 1985 e em 1986 as famílias foram transferidas para o imóvel Parolin²”.

O período de acampamento, segundo os entrevistados, variou conforme cada família, podendo ser de 02 a 03 anos. No ano de 1988, a maioria das famílias foi assentada pelo INCRA, conquistando assim a sua terra, passando à condição de pequeno produtor familiar assentado.

Conforme o assentado Antônio Fidelis, as dificuldades foram muitas, sendo que a primeira necessidade era a alimentação, pois havia um grupo grande de famílias que precisavam fazer pelo menos três refeições ao dia. Porém a realidade era mais dura e havia escassez de alimentos. Outro problema relatado dizia respeito à saúde, pois as famílias estavam morando debaixo de lonas e enfrentando dia e noite as intempéries da região³, o que provocava problemas de saúde principalmente nas crianças.

A educação dentro dos acampamentos sempre foi uma das primeiras tarefas a serem realizadas, com a preparação da barraca que seria utilizada como sala de aula. Geralmente o professor fazia parte do pessoal que estava acampado, assim ele executava suas atividades militantes, passando conhecimento da realidade que aquelas crianças estavam vivendo no momento. Segundo uma das lideranças do MST que participou como acampado, as escolas nos acampamentos funcionavam

¹ As “frentes de massa” são formadas pelos militantes mais antigos do MST que localizam ex-agricultores e agricultores em favelas nas áreas urbanas ou no próprio meio rural (arrendatários, trabalhadores rurais assalariados, bóias-frias) e promovem um trabalho de conscientização, incentivando estes trabalhadores a formarem os acampamentos e, assim reivindicarem terras e melhores condições de trabalho. Ao grupo destes trabalhadores organizados, denomina-se “frente de massa”.

² O INCRA usa o termo imóvel para definir a área (fazenda ou propriedade que vai ser desapropriada para a Reforma Agrária). A Fazenda Parolin foi uma grande propriedade desapropriada para a Reforma Agrária. O acampamento na Fazenda durou alguns anos e quando a área foi desapropriada nem todos acampados conseguiram ser assentados nela, transferindo-se para outros acampamentos. O período de permanência na fazenda propiciou uma convivência intensa e profícua e os acampados acabaram criando uma identidade e formando um grupo de afinidades. Este grupo passou a ser reconhecido nos diferentes acampamentos por onde passaram, como o Grupo dos Parolins.

³ O clima na região é muito frio no inverno, chegando a registrar temperaturas negativas. Mesmo no verão as temperaturas são amenas à noite e muito quentes durante o dia registrando enormes amplitudes térmicas.

como escolas itinerantes, ou seja, onde o acampamento estivesse fixado com suas barracas ali haveria também uma barraca destinada à educação das crianças e jovens. Para a aquisição do material, a comissão de educação buscava o material didático e escolar na sede da secretaria de educação do município.

Para o funcionamento harmônico do acampamento era necessário trabalhar através de comissões, que estavam divididas por setores: saúde, educação, finanças, segurança entre outros. Dentro dos acampamentos havia um regimento interno, onde todos deveriam respeitar as regras que eram feitas por eles e aprovadas em assembléias.

Como já citado, a alimentação era e continua sendo um grande problema a ser resolvido dentro dos acampamentos. Para isso, buscavam-se ajudas junto a entidades como Igrejas, INCRA, sindicatos e os companheiros já assentados. Estes não apenas ajudavam com alimentação, mas também com trabalho temporário nas lavouras dos assentamentos. Os acampados que trabalhavam para conseguir alimentos eram conhecidos dentro do acampamento como componentes da “frente de trabalho”.

Na comissão de segurança havia um grupo que delineava as diretrizes das ações no acampamento. A segurança era dividida por grupos e cada grupo ficava responsável por um determinado período de tempo na guarnição do acampamento.

O forte preconceito que os membros do MST enfrentavam na época do acampamento vinha da comunidade local, que não os via como pessoas de respeito, considerando os sem terra como “um bando de vagabundos que queriam apenas fazer algazarra”. A desconfiança em relação aos sem terra vinha também da parte dos agricultores familiares, pois estes não conheciam os reais objetivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pensavam que suas terras também seriam ocupadas, mostrando desconhecer o verdadeiro alvo do movimento: o grande latifúndio improdutivo.

Por outro lado havia a manipulação constante da mídia local e nacional, a fim de minar os reais propósitos dos sem terra, qualificando-os como marginais que não queriam trabalhar, e buscavam conseguir benefícios privados através da “invasão” da propriedade alheia.

Segundo os entrevistados, o papel do poder público representado pelo INCRA, funcionava de forma lenta e burocrática. Assim sendo, a comissão de mobilização precisava estar em constantes atividades de pressão para que o processo de legalização da terra finalmente pudesse ocorrer e os acampados pudessem iniciar suas atividades como agricultores familiares.

Como resultado da pressão da CPT e do MST, os representantes do município contribuía com suprimentos de materiais para a educação e saúde e juntamente com o governo do estado se responsabilizavam na distribuição de cestas básicas para a manutenção do acampamento nos tempos de luta.

Uma das instituições que mais contribuiu para a concretização do acampamento foi a Igreja, tanto a Católica, como a de confissão Luterana. Ajudavam tanto na área material com a distribuição de alimentos, roupas, material de higiene como também na conscientização de classe, mostrando os motivos que levaram à desigualdade vivida por nossa sociedade. Salientando que a luta dos sem terra era uma luta acima de tudo para mudar este sistema de desigualdade e transformá-lo numa sociedade mais fraterna. Outra forma de ajuda por parte da Igreja era ceder o espaço físico para as realizações das assembléias e estratégias de luta dos acampados.

Segundo dados coletados durante as entrevistas, havia também alguns padres que não simpatizavam com o movimento e outros que ajudavam no processo de materialização do acampamento como pessoas e não como representantes das instituições.

A reação causada pelas ocupações de fazendas improdutivas das famílias ligadas ao MST foi de repressão. Para tanto se fez várias liminares de despejo que tinham como objetivo fazer a reintegração de posse usando para isso forças policiais do estado. Isso mostra o poder da oligarquia latifundiária, que mantinha sua influência perante a justiça para reverter os processos de desapropriação das áreas, bem como seus estreitos laços com os políticos que para cumprir ordem da justiça colocavam policiais do estado a serviço da oligarquia⁴.

⁴ Essa prática sempre acompanhou a república no Brasil. No filme Gaijin o uso da força pública a serviço das elites agrárias ficou bem demonstrado.

Porém mesmo com a atuação da polícia querendo despejá-los da área ocupada o movimento estava estritamente organizado e mantinha uma corrente de influência que fazia com que, na conjuntura dos embates, conseguissem se manter ativos na luta até alcançar o objetivo máximo que era a conquista da terra.

Durante o período em que eles estavam acampados, os hoje assentados em Segredo II, participavam ativamente das mobilizações promovidas pelo MST em todo o estado e até mesmo em Brasília. Várias táticas foram postas em prática para que a vida nos acampamentos se desse de maneira mais lúdica. Entre essas táticas, uma se destacou com extrema importância, que era levar para o acampamento toda a família, pois além de dar mais segurança ao local, a presença familiar fortalecia o engajamento e a união dos acampados na luta em busca da terra.

A mulher camponesa tem desenvolvido junto de suas famílias um papel inestimável de luta pela conquista dos objetivos lançados pelo movimento. Como exemplo temos o Movimento das Mulheres Agricultoras - MMA, que está ligado ao MST. Suas mobilizações levaram a conquista do “direito da mulher viúva ou solteira constar como titular da posse de terras em projetos de assentamentos”. (UCZAI, 2001, 211). Através do MMA as mulheres camponesas levavam seus anseios para o debate nacional a fim de buscar e exigir o cumprimento das leis vigentes em nosso país. São responsáveis pela organização interna dos acampamentos e pela educação das crianças e dos jovens atuando, também, como agentes de saúde. Apóiam seus companheiros a permanecer na luta, pois na condição de mães entendem que estão lutando pelo direito de seus filhos a uma vida mais digna. Elas têm incentivado o debate sobre igualdade e militância no movimento, ajudando a formar o novo homem do campo.

No Brasil, país marcado pela desigualdade social, discriminação e exploração por parte das classes dominantes, as mulheres agricultoras vivem uma tripla jornada de trabalho e em muitos casos garantem o dinheiro da família vendendo artigos de todos os tipos em feiras das cidades. Fato importante como este ajuda ao MST, pois as mulheres organizadas e politicamente preparadas apóiam e fortalecem o movimento através de debates com órgãos públicos e no interior dos acampamentos estruturando psicologicamente as famílias para agüentar os ferrenhos dias de luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MST proporcionou através dos acampamentos a possibilidade de luta de trabalhadores rurais para a obtenção de terras utilizadas no desenvolvimento de uma agricultura familiar voltada para a subsistência, transformando assim a antiga estrutura latifundiária brasileira.

A CPT, por sua vez ajudou a construir um grupo nas frentes de massa, convocando os expropriados da terra a lutar pela Reforma Agrária no Brasil, sendo assim, direcionou-os para um acampamento nas redondezas de Lebon Régis.

Após dois anos enfrentando os inúmeros despejos e resistindo as dificuldades, os acampados enfim conseguiram conquistar seu pedaço de chão, onde puderam usufruir de melhor qualidade de vida.

As condições de vida dos assentados têm impacto direto em Lebon Régis, porque além de movimentar a economia da cidade, através do comércio e pagamento de impostos, eles ainda produzem alimentos para subsistência como milho, feijão, mandioca, cujo excedente é comercializado a um preço mais acessível no mercado local.

Com o êxito alcançado, o MST consolidou, uma vez mais, a assertiva de que somente através da luta de classe dos expropriados contra o sistema capitalista excludente é que se vai conquistar espaço e desta forma mudar a realidade social de nosso país.

A ação histórica do MST é acompanhada por trabalhadores do mundo todo que encontram no movimento um modelo de luta a ser seguido. No Brasil atual o MST figura como um dos poucos movimentos sociais atuantes que tem mantido suas reivindicações mesmo em períodos neo-liberais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COIMBRA, Eric Araújo Dias. Importância histórica e atuação do MST nos assentamentos Segredo I e Segredo II em Lebon Régis (SC), no período de 1984 a 2006. Florianópolis: UDESC. [Monografia]
- DERENGOSKI, Paulo Ramos. Guerra do Contestado. Florianópolis: Insular, 2000. 25p.
- FERNANDES, M. B. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001. 65p.
- HAHNER, June E. Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil- 1850-1940. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.
- HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 4^o. ed., 1963.
- LISBOA, T. K. A luta dos sem-terra no oeste catarinense. Florianópolis: UFSC, 1988.
- OLIVEIRA, A. de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo, Contexto, 1991.
- PIAZZA, Walter Fernando. A colonização de Santa Catarina. 2^a ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988
- STÉDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil. São Paulo, Ed. Atual, 2^o edição, 1997.
- UCZAI, Pedro (org). Os últimos 500 anos de dominação e resistência. Chapecó: Argos, 2001.
- VALENTINI, Delmir José, Guerra do Contestado: Construção da Imagem do Caboclo. In, História e Poder – a reprodução das elites em Santa Catarina.
- VIANNA, Aurélio & VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. Terra de trabalho e terra de negócio: estratégias de reprodução camponesa. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.
- INCRA. Disponível em www.incra.gov.br. 27 setembro.2006.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.